



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo é a **Aquisição de Uniformes para Vigilância em Saúde** para atender as demandas dos Agentes que compõe o quadro de servidores da Vigilância em Saúde pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Material	Unidade	Quantidade
1	COLETE de visita domiciliar: Tecido 100% algodão, sem manga, gola em V. Elástico somente na parte de traz, na barra inferior. Com abertura frontal em botões. Dois bolsos frontais na altura do peito e dois bolsos laterais (lado esquerdo e direito). Logo do município bordado na frente do bolso direito. Cor e tamanho a definir. Nas costas uma logo bordada "Agente de Combate às Endemias".	Unidade	14
2	COLETE de Fiscalização Sanitária: Tecido 100% algodão, sem manga, gola em V. Elástico somente na parte de traz, na barra inferior. Com abertura frontal em botões. Dois bolsos frontais na altura do peito e dois bolsos laterais (lado esquerdo e direito). Logo do município bordado na frente do bolso direito. Cor e tamanho a definir. Nas costas uma logo bordada "Fiscalização Vigilância Sanitária".	Unidade	6
3	COLETE de Identificação: "Vigilância Ambiental". Tecido 100% algodão, sem manga, gola em V. Elástico somente na parte de traz, na barra inferior. Com abertura frontal em botões. Dois bolsos frontais na altura do peito e dois bolsos laterais (lado esquerdo e direito). Logo do município bordado na frente do bolso direito. Cor e tamanho a definir. Nas costas uma logo bordada "Vigilância Ambiental".	Unidade	2
4	COLETE de Identificação: "Vigilância Epidemiológica". Tecido 100% algodão, sem manga, gola em V. Elástico somente na parte de traz, na barra inferior. Com abertura frontal em botões. Dois bolsos frontais na altura do peito e dois bolsos laterais (lado esquerdo e direito). Logo do município bordado na frente do bolso direito. Cor e tamanho a definir. Nas costas uma logo bordada "Vigilância Epidemiológica".	Unidade	2
5	COLETE de Identificação: "Saúde do Trabalhador". Tecido 100% algodão, sem manga, gola em V. Elástico somente na parte de traz, na barra inferior. Com abertura frontal em botões. Dois bolsos frontais na altura do peito e dois bolsos laterais (lado esquerdo e direito). Logo do município bordado na frente do bolso direito. Cor e tamanho a definir. Nas costas uma logo bordada "Saúde do Trabalhador".	Unidade	2
6	COLETE de Identificação: "Vigilância em Saúde". Tecido 100% algodão, sem manga, gola em V. Elástico somente na parte de traz, na barra inferior. Com abertura frontal em botões. Dois bolsos frontais na altura do peito e dois bolsos laterais (lado esquerdo e direito). Logo do município bordado na frente do bolso direito. Cor e tamanho a definir. Nas costas uma logo bordada "Vigilância em Saúde".	Unidade	2
7	Boné: Boné frente TECIDO SUPER CAP e tela na lateral e traseiro fecho plástico. Cor a definir; Dimensões do boné: Tamanho único adulto; Circunferência: 58 cm com regulador. Diâmetro: 17 cm. Altura: 12 cm. Aba: 15 por 7 cm Identificação frontal "Agentes de Endemias".	Unidade	14



## TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Material	Unidade	Quantidade
8	Conjunto de roupa de uso hospitalar, com tratamento anti microbial. Confeccionado em tecido Brim 100% algodão. Detalhes do Pijama: Gola modelo V; Manga curta. 2 bolsos frontais ou Feito em Microfibra de Gabardine. <b>4 tamanho M e 4 tamanho G</b>	Unidade	8
9	Camisa manga longa: Tecnologia Outlast, com tecido 100% em poliamida, que se adapta às mudanças térmicas, absorvendo o excesso de calor e reduzindo o superaquecimento e resfriamento do corpo. Tecido biodegradável. Composição: 92% da fibra TENCEL e 8% ELASTANO. <b>Tamanhos a combinar.</b>	Unidade	14
10	Camiseta manga curta em malha 100% algodão fio 30/1 penteado. Gola redonda com ribana de ELASTANO (96% algodão e 4% ELASTANO). Costura interna dupla de alta resistência. Estampa em silk screen policromia frente e uma cor atrás. Etiqueta com especificação do tecido e tamanho visível na parte interna das costas; logomarca do estabelecimento; camisetas acondicionadas individualmente, contendo um adesivo na embalagem com o tamanho da camiseta. <b>Tamanhos a combinar.</b>	Unidade	14

- 1.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem;
- 1.3. A entrega do produto se dará de forma imediata após a emissão de nota de empenho e solicitação da CONTRATANTE;
- 1.4. O não cumprimento do disposto no item 1.4. do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame;
- 1.5. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda o qual é parte integrante deste processo, uma vez que se tornou dispensável a elaboração de ETP para a presente aquisição tendo em vista a mesma se enquadrar na modalidade de dispensa de licitação.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do inciso XIII, do Art. 6º, da Lei 14.133, de 2021;
- 3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 4.1. O objeto é **Aquisição de Uniformes para Vigilância em Saúde**, conforme Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda o qual é parte integrante deste processo.
- 4.2. A presente aquisição e/ou contratação enquadra-se como **solução simples**, sem a necessidade de se adquirir outro produto/serviço para completar sua funcionalidade.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLV, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

### **A CONTRATADA deverá:**

- 5.2. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o objeto a ser licitado;
- 5.3. Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- 5.4. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pela Unidade Requisitante;
- 5.5. Substituir, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se estejam em desacordo com as especificações;
- 5.6. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 5.7. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE;
- 5.8. Fornecer os materiais e/ou equipamentos descritos com rapidez e eficiência;
- 5.9. Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 5.10. Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

### **6.1. Mecanismos formais de comunicação**

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- 6.1.1. Ordem de Serviço;
- 6.1.2. Ata de Reunião;
- 6.1.3. Ofício;
- 6.1.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.1.5. Cartas e E-mails: [vigilanciaemsaaude@sumidouro.rj.gov.br](mailto:vigilanciaemsaaude@sumidouro.rj.gov.br)
- 6.1.6. Telefones: (22) 2531-2155

### **Forma de fornecimento**

- 6.2. A fiscalização da contratação será exercida pelos representantes da CONTRATANTE indicados neste Termo de Referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Vigilância em Saúde.
- 6.3. O fornecimento do objeto será realizado de acordo com a demanda do setor requisitante, os objetos serão entregues em até 15 (quinze) dias após a emissão da nota de empenho;
- 6.4. A empresa deverá entregar os materiais no endereço Rua 10 de Junho, 377 – Centro – Sumidouro–RJ, CEP: 28.637–000, no horário de 9h00 as 16h00, de acordo com a requisição, deixando devidamente apto para uso, conferido por funcionário, não podendo conter nenhuma avaria ou adulteração, todos entregues em sua embalagem original contendo a data, número do lote de fabricação e prazo de validade;

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115, caput).
- 7.2. Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

- 7.2.1. Fiscal técnico/contrato: Magno Bertoloto, Matrícula nº 11.07.3064
- 7.2.2. Gestor do Contrato: Cynthia Pinheiro de Souza do Nascimento, Matrícula nº 11.07.3075
- 7.2.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §1º);
- 7.2.4. O fiscal do contrato informará a seu superior, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §2º).
- 7.3. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119);
- 7.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, Art. 120);
- 7.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, *caput*).
- 7.5.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º).
- 7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, Art. 44, §2º);
- 7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, Art. 44, §1º);
- 7.8. Antes do pagamento da Nota Fiscal ou da Fatura, deverá ser consultada a situação da CONTRATADA junto ao SICAF;
- 7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 8.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação a CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela CONTRATANTE, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 8.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis;



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

- 8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 8.1.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **8.2. Liquidação**

- 8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
- 8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.3.1. o prazo de validade;
  - 8.2.3.1. a data da emissão;
  - 8.2.3.1. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.2.3.1. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.2.3.1. o valor a pagar; e
  - 8.2.3.1. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.2.5. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.2.6. A CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);
- 8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE;
- 8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 8.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa;



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado, nos termos do Art. 7 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);

8.3.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024;

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.4.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por item.

### **Exigências de habilitação**

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;





## **TERMO DE REFERÊNCIA**

- 9.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;
- 9.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 9.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 9.7. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- 9.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, Art. 69, caput, inciso II);

### **Qualificação Técnica**

- 9.10. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

## **10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS**

- 10.1. Não se aplica.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 11.1. O custo estimado unitário e total da contratação consta no DFD, parte integrante deste processo;
- 11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
  - II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
  - IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

